

Introdução

Objecto e problematização

Neste trabalho propõe-se um estudo sobre políticas coloniais de terras, entendidas como instrumentos de regulação do acesso e controlo sobre a terra, em Manica e Sofala entre 1892 e 1942. Pretende-se, ao mesmo tempo, analisar as relações de poder em meio rural nesta região de Moçambique colonial. Procura-se compreender, em primeiro lugar, como é que, ao longo de um período de meio século, foi sendo equacionada e resolvida a «questão da terra», ou seja, como é que a terra foi distribuída entre os diferentes grupos que compunham a população deste território sob dominação colonial, mas também como é que foi distribuída para determinados fins, que interesses suscitou, que concepções político-ideológicas e económicas nortearam essa distribuição e quais foram as suas consequências. Se pensar a questão da terra passa por discutir a forma como se dispõe sobre a terra propriamente dita, ou o solo, recurso natural com várias potencialidades, não se pode ignorar que as formas de distribuição da terra afectam a fruição e o controlo sobre outros recursos do solo e do subsolo – água, árvores, culturas agrícolas, minérios – e até mesmo da população animal. Por outro lado, pretende-se escrutinar o modo como, no quadro deste processo colonial, um conjunto de forças e processos – relações comerciais, a presença de grupos de colonos e empresas, por exemplo – independentemente dessas políticas de terras ou por causa delas, foram condicionando e transformando as relações de poder em meio rural entre diversos agentes.

«A escolha de uma política fundiária determina o projecto de sociedade que se entende pôr em prática», afirma-se num estudo sobre a questão da terra em África.¹ A instauração de sistemas coloniais em África no final do século XIX, inclusive através de políticas de terras, contribuiu para a criação de sociedades desiguais. Um estudo abrangente sobre políticas de terras nestas sociedades deve ter em conta a forma como diferentes grupos foram afectados pela distribuição de recursos, como as maiorias africanas, mas também as populações oriundas do subcontinente indiano e da China e as populações de origem europeia, com diferentes situações socioeconómicas, como aquelas que se fixaram em várias regiões de Moçambique. Neste livro procura-se em especial compreender em que medida essas políticas de terras foram um instrumento de controlo sobre a organização social e produtiva das populações africanas. O uso, acesso e controlo sobre a terra e outros recursos naturais eram historicamente objecto de competição e de conflito nas sociedades locais, principalmente dependentes dos frutos do trabalho agrícola e da pastorícia para a sua subsistência, mas também já envolvidas em redes de trocas comerciais. Em processos de distribuição da terra em contexto colonial, factores como o favorecimento dos interesses da nação colonizadora, de grupos económicos metropolitanos ou estrangeiros, e mesmo das minorias europeias, limitaram o acesso à terra e desencadearam transformações nas relações das populações africanas com a terra e com os recursos naturais que é necessário investigar.

Ao procurar compreender como foi sendo encarada e resolvida a questão da terra, ao analisar as transformações ocorridas nas sociedades rurais em Manica e Sofala desde finais de Oitocentos, este trabalho concentra-se apenas num dos vários aspectos daquilo que pode ser considerado um processo mais vasto de apropriação do «espaço» africano, dos seus recursos naturais e das suas populações.²

¹ «Le choix de politique foncière détermine le projet de société que l'on entend mettre en œuvre». Étienne Le Roy, «Introduction générale», em Émile Le Bris, orgs., Étienne Le Roy e Paul Mathieu, *L'Appropriation de la Terre en Afrique noire: Manuel d'Analyse, de Décision et de Gestion Foncières* (Paris: Karthala, 1991), 19.

² As modalidades e consequências desta apropriação do espaço africano são problematizadas em Isabel Castro Henriques, *Território e Identidade. A Construção da Angola Colonial (c. 1872-c. 1926)* (Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004).

Da perspectiva das relações entre Estados e do direito internacional, a Conferência de Berlim (1884-1885) bem como os vários acordos bilaterais celebrados entre nações europeias com vista à definição de fronteiras em África são outros aspectos deste processo de apropriação.³ Com repercussões particularmente violentas sobre a vida das populações africanas, as acções e campanhas militares lançadas desde meados de Oitocentos até às primeiras duas décadas de Novecentos, destinadas a quebrar os vários focos de oposição à penetração económica, política e colonial em Moçambique e controlar as estruturas políticas existentes, reflectem esse processo gradual de apropriação do espaço africano.⁴

Em Moçambique, tal como noutros territórios da África colonial, esta apropriação do espaço deu-se ainda através de um aparelho burocrático, construído em grande medida à imagem do Estado europeu moderno, mas assentando num princípio discriminatório fundador de base racial entre africanos e não africanos. Esta administração colonial em formação orientava-se por dois objectivos principais e interligados: garantir as condições necessárias para a extracção dos recursos desejados e garantir uma ordem política estável e o controlo sobre a organização social local.⁵ Estes objectivos, por sua vez, vinham dar resposta aos diversos interesses que a empresa colonial em África abarcava, quer de natureza pública – emanados de instituições na «metrópole» e nas colónias –, quer de natureza privada. Com um

³ Sobre o período que antecedeu a Conferência de Berlim e as consequências deste para as pretensões portuguesas em África e os acordos bilaterais celebrados entre Portugal e a França, a Alemanha e a Grã-Bretanha a propósito do território de Moçambique, ver Malyn Newitt, *Portugal in Africa: The Last Hundred Years* (Londres: C. Hurst e Co., 1981), 24-31 e Malyn Newitt, *A History of Mozambique* (Londres: Hurst, 1997), 341-355. Sobre a forma como os resultados de Berlim foram recebidos pela classe política portuguesa, ver Valentim Alexandre, *A Questão Colonial no Parlamento*, vol. I – 1821-1910 (Lisboa: Assembleia da República, Dom Quixote, 2008), 151-168.

⁴ Para a história dessas acções e campanhas, bem como das reacções e oposições das estruturas políticas africanas àquelas, a obra de Pélissier é essencial. René Pélissier, *História de Moçambique: Formação e Oposição*, 2 vols. (Lisboa: Estampa, 2000). O caso da região do vale do Zambeze é analisado com maior pormenor em Allen F. Isaacman (em colaboração com Barbara Isaacman), *The Tradition of Resistance in Mozambique: Anti-Colonial Activity in the Zambezi Valley, 1850-1921* (Londres: Heinemann Educational, 1976).

⁵ Bruce Berman, «Structure and process in the bureaucratic states of colonial Africa», *Development and Change*, vol. 15, n.º 2 (1984): 166.

número crescente de órgãos e funcionários à medida que se implantava no território e se multiplicavam as suas esferas de actuação, com relações complexas com o Governo na metrópole e com os grupos económicos e sociais presentes naquela, mas também no «terreno» colonial, e com uma expressão heterogénea no espaço, este aparelho burocrático estava longe de ser unívoco no seu funcionamento. Uma história das suas políticas, como aquela que aqui procuramos empreender, deve por isso estar atenta às tensões, conflitos e constrangimentos que caracterizavam a sua acção.⁶

A principal particularidade da região do centro de Moçambique que escolhemos estudar neste trabalho reside no facto de, entre 1892 e 1942, os distritos de Manica e Sofala terem sido administrados não directamente por Portugal, mas sim por uma sociedade comercial por acções, a Companhia de Moçambique. Detida sobretudo por capitais estrangeiros e sujeita a uma relativa vigilância do Governo português, a Companhia de Moçambique foi uma das duas concretizações no espaço moçambicano de uma política a que também a França e a Inglaterra recorreram nas últimas duas décadas de Oitocentos: a concessão temporária de poderes de administração a empresas incumbidas de prosseguir nas colónias, durante um determinado período de tempo, alguns dos objectivos das nações colonizadoras.⁷ Sediada em Lisboa, cidade onde reunia periodicamente o Conselho de Administração, a Companhia de Moçambique contava ainda com dois comités, um em Paris e outro em Londres. A esta estrutura organizativa típica das sociedades comerciais por acções veio juntar-se um aparelho burocrático em África. Desde 1892, a Companhia lançou progressivamente as bases para proceder ao reconhecimento e ao controlo do Território de Manica e Sofala, de aproximadamente 135 000 km², e das populações que o habitavam, nomeadamente através de campanhas militares destinadas a dominar os potentados

⁶ Para uma reflexão sobre as dificuldades suscitadas pelo estudo do «Estado colonial» e sobre diferentes formas de abordá-lo, ver Bruce Berman, *Control and Crisis in Colonial Kenya: The Dialectic of Domination* (Londres: James Currey, 1990), 1-9.

⁷ Sobre a Companhia do Niassa, a segunda concretização em Moçambique da «moda» das companhias de colonização com poderes de administração, ver Barry Neil-Tomlinson, «The Nyassa chartered company: 1891-1929», *The Journal of African History*, 18, n.º 1 (1977): 109-128.

africanos da região.⁸ Concentrada, numa primeira fase da sua vida, nas receitas obtidas através da cobrança de impostos às populações africanas, da concessão de direitos de exploração mineira e das taxas de utilização do caminho-de-ferro que ligava a cidade da Beira, capital do território de Manica e Sofala, à então Rodésia do Sul (actual Zimbabué), e do porto da Beira, a Companhia criou condições para que a economia da região que administrava passasse a centrar-se cada vez mais na agricultura, dinamizada sobretudo por um conjunto de empresas das quais detinha uma parte do capital e por colonos de diversas nacionalidades. Da construção da linha de caminho-de-ferro e de edifícios administrativos à limpeza das estradas, da perfuração das rochas nas minas ao cultivo de milho nas herdades concedidas a europeus, a esmagadora maioria do trabalho em Manica e Sofala era efectuada pelas populações locais, a tal compelidas por um sistema coercivo de recrutamento e utilização da mão-de-obra, ao qual alguns importantes trabalhos se têm já dedicado.⁹

Este contexto específico suscita um conjunto de perguntas e problemas, nomeadamente sobre as articulações existentes entre o Estado metropolitano e a Companhia de Moçambique na formulação e aplicação no terreno destas políticas. Que processos mediaram a formulação das políticas de terras da Companhia? Que tensões existiram entre os órgãos da Companhia e do Estado português, mas também dentro da própria Companhia e do Estado, e que relações de cooperação e conflito emergiram nesta matéria? Como é que o factor terra se tornou numa questão para a rede de interesses envolvida na empresa colonial? De que forma é que as políticas de terras e elementos como

⁸ Ao longo deste trabalho referimo-nos ao Território de Manica e Sofala, designação da região concedida à Companhia de Moçambique, como «o Território» ou, simplesmente, Manica e Sofala, entendendo que essa designação abrange a zona a sul do rio Save incluída na concessão.

⁹ A questão do trabalho no território administrado pela Companhia de Moçambique foi estudada em especial pelo historiador Eric Allina-Pisano. Eric Allina-Pisano, «Negotiating colonialism: Africans, the state, and the market in Manica District, Mozambique, 1895-c.1935» (tese de doutoramento, New Haven, Universidade de Yale, 2002), e Eric Allina, *Slavery By Any Other Name: African Life under Company Rule in Colonial Mozambique* (Charlottesville: University of Virginia Press, 2012). A publicação desta última obra numa fase bastante avançada da escrita da dissertação em que se baseia o presente livro tornou algumas das reflexões aqui feitas menos originais, sobretudo no respeitante às políticas de «assistência» da Companhia às populações africanas, formuladas em finais da década de 1920.

o crescimento da população colona e a expansão de explorações empresariais afectaram as relações de poder em meio rural? Como é que esses vários factores afectaram as populações africanas, diferenciadas entre si? A que estratégias recorreram estas para salvaguardar os seus variados interesses? De que forma se distingue a questão da terra em Manica e Sofala de outras regiões de Moçambique, fora da alçada da Companhia, e de que forma se aproxima ou afasta dos processos ocorridos em territórios vizinhos? Estas são apenas algumas das perguntas que esta temática suscita e a que procuramos responder neste trabalho.

Terra e colonialismo em África: questões de investigação

O campo de estudo sobre políticas de terras e relações de poder em meio rural na África sob dominação colonial (séculos XIX e XX) é extremamente rico, abrangendo trabalhos reconduzíveis a diferentes áreas e subáreas disciplinares, por vezes até combinando várias delas – da história social à antropologia – e apresentando diferentes abordagens teóricas e metodológicas. Do vasto *corpus* de literatura entretanto acumulado, pelo menos desde a década de 1970, resulta a convicção de que, pela forma como condicionam o acesso à terra, elemento de poder social, político e simbólico, e fonte essencial de subsistência e de riqueza, mas também a outros recursos naturais, as políticas de terras foram das que melhor ajudaram a definir o poder colonial, das que mais profundas consequências tiveram nas vidas das populações africanas e também das que mais oposição suscitaram da parte destas. Como explica a historiadora Sara Berry, os regimes coloniais em África transformaram as relações dos africanos com a terra, produzindo pelo menos três efeitos: a deslocação física, a demarcação de fronteiras territoriais e sociais e a invenção ou reinterpretção das regras que ditavam o acesso, a transferência e o uso das terras.¹⁰ Estes três efeitos correspondem a alguns dos principais eixos do campo de estudo sobre políticas de terras na África sob dominação colonial que importa destacar nesta introdução.

¹⁰ Sara Berry, «Debating the land question in Africa», *Comparative Studies in Society and History*, 44, n.º 4 (2002): 643.

Tal como têm salientado vários autores, é no quadro de um conjunto de objectivos, por vezes em conflito entre si, que devem ser compreendidas políticas levadas a cabo por Estados coloniais como aquelas que levaram à deslocação física, em maior ou menor quantidade, de populações das terras onde habitavam e desenvolviam as suas actividades económicas.¹¹ O fornecimento de trabalhadores a diversos tipos de empregadores, a construção de vias de comunicação ao serviço do Estado, a disponibilização de terrenos cobijados por empresas ou particulares, as ideologias legitimadoras da separação entre populações colonas e africanas, o esgotamento dos solos, a criação de colonatos agrícolas, o controlo de doenças – todos estes factores serviram de justificação, em diferentes momentos e nos mesmos ou em diferentes territórios, para levar a cabo deslocações deste tipo, mais ou menos permanentes.¹² Aquilo que em cada caso se tem procurado esclarecer é, por exemplo, como foram efectuadas tais deslocações e quais foram as suas consequências para as populações envolvidas, sobretudo do ponto de vista social e económico.

Quer as zonas onde as populações africanas puderam permanecer, quer aquelas para onde foram deslocadas, foram frequentemente sujeitas a alguma forma de demarcação territorial e social, para recuperar o segundo elemento enunciado por Berry. Este esforço de demarcação corresponde ao processo de substituição das divisões políticas, sociais e territoriais no interior e entre os grupos que compunham as sociedades africanas habitando num dado território por uma nova organização, determinada pelo Estado, capaz de permitir o controlo do uso e do acesso à terra e o domínio sobre a organização social, distribuição espacial e a capacidade produtiva das populações.¹³

¹¹ Como se tem apontado na historiografia, também outras populações de origem não africana foram sujeitas a restrições no acesso à terra. Para o caso da população de origem indiana no Quénia, ver Berman, *Control...*, 142.

¹² Para as deslocações ocorridas na Rodésia do Sul, ver Robin Palmer, *Land and Racial Domination in Rhodesia* (Londres: Heinemann, 1977). Sobre o caso dos Masai no Quénia, ver Lotte Hughes, *Moving the Maasai: A Colonial Misadventure* (Basingstoke e Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2006). Para uma reflexão abrangente sobre ambiente e imperialismo no espaço imperial britânico, ver William Beinart e Lotte Hughes, *Environment and Empire* (Oxford, Nova Iorque: Oxford University Press, 2007).

¹³ Berry, «Debating»..., 643-645.

Além destas formas de demarcação discutidas por Berry, outras devem ainda ser mencionadas. De natureza social mas também económica, e parte integrante de estratégias de organização do espaço rural, as chamadas *native reserves* ou reservas *indígenas*, áreas destinadas à habitação, agricultura e pastorícia das populações africanas, foram criadas por exemplo na África do Sul e no Quênia, em diferentes momentos. Como tem demonstrado a literatura especializada, devido às condições ecológicas de origem de muitas reservas e à degradação progressiva dos seus solos, provocada em parte pelo sobrepastoreamento, estes espaços foram frequentemente um factor de perda de autonomia para as próprias populações locais, obrigadas a estabelecer relações laborais com empresas e colonos fora das reservas, em condições de fragilidade, para garantir a sua mera subsistência, cumprir as suas obrigações fiscais e desenvolver actividades económicas.¹⁴ Além de reservas *indígenas*, na Rodésia do Sul foram também delimitadas *native purchase areas*, espaços destinados a populações consideradas «progressivas» do ponto de vista económico e agrícola, diferenciadas em relação à massa de cultivadores que povoava as reservas, caracterizados pelas suas práticas consideradas «rudimentares».¹⁵

Concomitantemente foram por vezes definidas zonas reservadas à habitação e actividades económicas das populações europeias, onde, de modo geral, as populações africanas apenas poderiam permanecer enquanto trabalhadoras.¹⁶ O facto de estas medidas de organização

¹⁴ Thomas V. McClendon, «Makwerekwere: separating immigrants and natives in early colonial Natal», em *The Demographics of Empire: The Colonial Order and the Creation of Knowledge*, orgs. Karl Ittmann, Dennis D. Cordell e Gregory H. Maddox (Athens: Ohio University Press, 2010), 113-129; Christophe Youé, «Black squatters on white farms: segregation and agrarian change in Kenya, South Africa and Rhodesia, 1902-1963», *International History Review*, vol. 24, n.º 3 (2002): 558-602.

¹⁵ Alison K. Shutt, «Purchase area farmers and the middle class of Southern Rhodesia, c. 1931-1952», *The International Journal of African Historical Studies*, vol. 30, n.º 3 (1997): 555-581.

¹⁶ É esse o caso das chamadas *White Highlands* ou «terras altas brancas» no Quênia, região transformada num enclave europeu, definido originalmente para excluir as populações originárias do continente asiático. Esta separação repercutir-se-ia mais tarde na vida das populações africanas. Berman, *Control...*, 142 e ss. Não pode, naturalmente, deixar de referir-se, a este título, a experiência dos colonatos para «brancos» criados por exemplo em Angola. Para uma importante análise crítica da experiência do povoamento branco em Angola e Moçambique, ver Cláudia Castelo, *Passagens para África: O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole* (Porto: Edições Afrontamento, 2007).

do espaço rural nem sempre terem sido concretizadas por falta de meios ou vontade adequados, ou por suscitarem a oposição e a resistência de vários interesses, levou algumas administrações coloniais, sobretudo no âmbito de medidas de fomento da agricultura, a procurar novos meios de penetração rural e de regulação das relações entre populações africanas, proprietários europeus, mais ou menos capitalizados, e empresas, levando mais além essas formas de demarcação. A historiografia tem salientado que estas medidas são parcialmente responsáveis por um processo de proletarianização das populações africanas e de limitação do seu acesso à terra.¹⁷

O terceiro elemento identificado por Berry diz respeito ao modo como as administrações coloniais lidaram com as regras que, nas sociedades locais, regulavam o acesso, a transferência e o uso da terra.¹⁸ À distinção essencial entre europeu e africano do ponto de vista intelectual e «civilizacional», entre as respectivas formas de organização política e social, mas também as respectivas práticas agrícolas e pecuárias, critérios que serviram de justificação a diversos aspectos da dominação colonial em África, juntou-se o binómio propriedade individual/comunal. De facto, era dominante nas administrações coloniais de início de Novecentos a visão segundo a qual nas sociedades africanas não só não existia o conceito de propriedade individual da terra, como as populações eram incapazes de compreender o alcance de tal instituto jurídico. A terra, um bem comunal e inalienável, era administrada por chefes que a dividiam e distribuíam a vários indivíduos segundo diferentes critérios. Tal como vários autores têm sustentado, esta visão dominante correspondia a uma simplificação, a uma interpretação eurocêntrica e enviesada e, em muitos casos, a uma verdadeira invenção das regras vigentes nas diferentes sociedades africanas, que, longe de serem estáticas, haviam evoluído ao longo

¹⁷ Para um estudo seminal acerca do processo de proletarianização de populações africanas devido a uma combinação de políticas de terras e políticas laborais, ver Giovanni Arrighi, «Labour supplies in historical perspective: a study of the proletarianization of the african peasantry in Rhodesia», *Journal of Development Studies*, vol. 6, n.º 3 (1970): 197-234.

¹⁸ O texto de Shipton e Goheen lança pistas muito valiosas para a compreensão da forma como as modalidades de posse da terra em África evoluíram em contexto colonial. Parker Shipton e Mitzi Goheen, «Introduction. Understanding african land-holding: power, wealth, and meaning», *Africa: Journal of the International African Institute*, 62, n.º 3 (1992): 307-325.

do tempo em função de um conjunto de contingências – ecológicas, sociais, políticas e económicas.¹⁹ As políticas e as práticas coloniais, nomeadamente a codificação dos regimes de terras africanos sob a forma de «usos e costumes» fundiários, precipitaram e modificaram o curso dessa evolução.²⁰

O geógrafo Thomas Bassett, que se tem debruçado sobre questões agrárias em África, identificou duas fases principais das políticas coloniais britânicas e francesas respeitantes aos sistemas de posse da terra africanos. Numa primeira fase, que terá durado até à década de 1930, num contexto de conquista, ocupação e instalação de sistemas de dominação colonial, os Estados coloniais mostraram-se pouco preocupados com a definição clara de um regime de terras próprio para as populações africanas. Assim se justifica a ampla contemporização com os supostos «usos e costumes tradicionais» dessas populações, nomeadamente com a «propriedade comunal» da terra. Tal atitude passou também por manter as estruturas políticas sobre as quais assentavam esses modos de regulação do acesso e do uso da terra.²¹ Ao invés, numa segunda fase (1930-1960), a Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial, bem como as novas estratégias económicas vocacionadas para a intensificação da agricultura, impunham a estabilização dos regimes de terras. A partir do momento em que os sistemas «tradicionais» de posse da terra passaram a ser vistos como obstáculos ao aumento da produção, a evolução para a individualização da propriedade era inevitável.²² Nesta mesma linha de pensamento, Berry recorda que, a partir da década de 1930, as autoridades coloniais britânicas e francesas estavam cada vez mais preocupadas com as consequências ambientais dos métodos «primitivos» de uso da terra das populações africanas e convencidas de que estes não poderiam servir de base à ambicionada «modernização» económica rural. Se deixados à sua sorte, esses métodos iriam contribuir para

¹⁹ A este respeito ver os artigos reunidos em Daniel Biebuyck, org. *African Agrarian Systems* (Londres: Oxford University Press, 1963).

²⁰ John Bruce, «A perspective on indigenous land tenure systems and land concentration», em *Land and Society in Contemporary Africa*, orgs. R. E. Downs e S. P. Reyna (Hanover: University Press of New England, 1988), 28-29.

²¹ Thomas J. Bassett, «Introduction: the land question and agricultural transformation in sub-saharan Africa», em *Land in African Agrarian Systems*, orgs. Thomas J. Bassett e Donald E. Crummey (Madison: The University of Wisconsin Press, 1993), 6-7.

²² Bassett, «Introduction...», 8.

o esgotamento dos recursos. Impunha-se, por isso, uma intervenção mais directa da administração colonial nas actividades das populações africanas, na sua relação com a terra e uso dos recursos, visível sobretudo a partir de 1945.²³

Deste *corpus* de estudos sobre políticas coloniais de terras em África merece ainda destaque o trabalho desenvolvido por Bruce Berman. De uma das suas principais obras retemos o interesse em identificar os passos essenciais da formação e evolução do aparelho colonial de Estado, dos seus métodos de dominação sobre o território e sobre as populações, através de uma atenção redobrada às tensões e aos conflitos ocorridos dentro dessa mesma estrutura institucional. Destaca-se ainda a atenção dada ao modo como essas instituições se relacionaram com e agiram sobre um conjunto de agentes em posições e com estratégias diferentes (cultivadores africanos, agricultores europeus, empresas, etc.).²⁴ De uma obra inicial do historiador Frederick Cooper, por outro lado, menos preocupado do que Berman em propor uma leitura da economia política do «Estado colonial», retemos a preocupação em identificar instrumentos que permitam levar a cabo uma análise mais «de baixo para cima» dos vários mecanismos de controlo das populações africanas e das suas estratégias para lidar com esses mecanismos.²⁵

Para o trabalho que aqui desenvolvemos sobre políticas coloniais de terras e relações de poder em meio rural em Moçambique são, assim, particularmente relevantes os estudos que, sobretudo no quadro do imperialismo britânico e francês, se têm debruçado sobre a formulação e aplicação de políticas de terras, sobre a relação entre políticas laborais e políticas de terras no quadro da progressiva proletarianização das populações africanas, sobre as relações de poder entre colonos, empresas e africanos em meio rural, as estratégias rurais e reacções das populações africanas às políticas de terras, sobre diferentes abordagens teóricas acerca do «campesinato» africano, sobre as consequências sociais e económicas das reservas *indígenas*, sobre as tensões entre sistemas de posse comunal da terra e a propriedade individual, sobre a codificação dos «usos e costumes» africanos relativos à

²³ Berry, «Debating...», 646-647.

²⁴ Berman, *Control...*

²⁵ Frederick Cooper, *From Slaves to Squatters: Plantation Labor and Agriculture in Zanzibar and Coastal Kenya, 1890-1925* (New Haven: Yale University Press, 1980).

terra e sobre estratificação social.²⁶ Deste *corpus* resulta a ideia de que, quer tenha ou não havido deslocações ou expropriações em grande escala, mesmo que as políticas de terras nem sempre tenham sido plenamente efectivadas pelas autoridades, e mesmo nos casos em que as populações africanas continuaram a gozar de uma relativa autonomia em meio rural (na medida em que continuaram a ter oportunidade de levar a cabo actividades produtivas em condições semelhantes àquelas de que gozavam antes de sentirem os efeitos de um sistema de dominação colonial), o facto é que a penetração de uma administração colonial e de um conjunto de formas de exploração dos recursos e das populações africanas, bem como a presença de diferentes grupos populacionais em meio rural, trouxe consigo novas sociabilidades, relações e processos que justificam uma história e uma sociologia rurais aprofundadas e, sobretudo, histórica e geograficamente contextualizadas.

Pensamento colonial português sobre a questão da terra em perspectiva comparada

Com excepção dos dois capítulos incluídos na tese que dá origem a este livro – mas que, por razões de espaço, não nos foi possível reproduzir aqui –, e que serviram, entretanto, de base a duas publicações, o pensamento colonial português sobre a questão da terra não foi objecto de uma análise aprofundada na historiografia. Desses dois capítulos onde propomos uma leitura dos principais debates e teses em redor da questão da terra, tal como ela se colocou a respeito da África colonial portuguesa em geral e, em especial, em relação a Moçambique, entre finais de Oitocentos e meados da década de 1940, e que confrontámos com debates internacionais sobre os mesmos temas, importa reter algumas ideias-chave.²⁷

²⁶ Para um conjunto de referências bibliográficas essenciais sobre este tema, ver Direito, «Políticas coloniais...», 11, nota 27.

²⁷ Os capítulos originais podem ser lidos em Direito, «Políticas coloniais...», 39-85. Em dois artigos de 2014 e 2017, respectivamente, propomos versões mais sintéticas desses dois capítulos: Direito, «Terra e africanos...» e *idem*, «The land question...». Num trabalho recente, Elisa Lopes da Silva propõe uma história da colonização interna em Portugal cujas conclusões são também importantes para pensar a questão

Em primeiro lugar, demonstrou-se o lugar central ocupado pela questão da terra no pensamento colonial português de finais de Oitocentos e inícios de Novecentos. Para os intervenientes nestes debates, entre os quais se contavam militares, administradores e funcionários coloniais, era nos regimes de concessão de terras que se dispunha sobre o acesso a uma parte significativa dos recursos e, portanto, neles que assentavam projectos de ocupação e exploração económica dos territórios africanos. As hipóteses de sucesso de negócios suportados por capitais públicos ou privados, das pequenas herdades às extensas plantações, dependiam em parte da facilidade de acesso a terrenos adequados, a regular por esses regimes. A limitação do acesso dos africanos à terra, defendida nesses debates, surge neste contexto como um elemento que potencia esse sucesso, resolvendo a competição por inúmeros recursos em favor dos não africanos.²⁸ Tratava-se de um aspecto essencial da categoria colonial do *indígena*, corolário da sua alegada inferioridade intelectual, da sua insuficiente capacidade negocial e da incompatibilidade dos seus costumes com concepções de propriedade «modernas». Privilegiavam-se, assim, os interesses do Estado e do sector privado, ao mesmo tempo que se reduzia o alcance e âmbito de aplicação dos sistemas locais de posse da terra. Neste processo, que deve também ser compreendido no quadro de medidas destinadas a garantir o fornecimento regular de mão-de-obra africana, as populações locais não eram reconhecidas como tendo capacidade para contribuir para a exploração económica enquanto produtoras. Eram encaradas como meras ocupantes da terra, apenas merecedoras daquilo que se considerava serem medidas de «protecção» por parte do Estado. A análise dos debates revela, por outro lado, a falta de originalidade deste pensamento colonial português em fase de institucionalização, que assentava num conhecimento e numa influência dos debates e teses que se desenrolavam então noutras nações colonizadoras.

da terra em África, nomeadamente os projectos de colonização europeia e o pensamento sobre formas de fixação de populações africanas à terra: Elisa Lopes da Silva, «Estado, território, população: colonização interna e colónias agrícolas no Estado Novo» (tese de doutoramento, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2020).

²⁸ Ver, por exemplo, Ruy Ulrich, *Política Colonial* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1909); Lopo Vaz de Sampayo e Melo, *Política Indígena* (Porto: Magalhães & Moniz, 1910).

Outra ideia a reter é o modo como um campo do pensamento colonial português dominado inicialmente por militares, administradores coloniais e juristas começou a ser permeável a propostas acerca de uma relativa liberalização do acesso das populações africanas à terra, vindas por exemplo de técnicos do terreno como agrónomos. Estas propostas encontraram alguma resistência em Portugal, mas, desde meados da década de 1930, a sua popularidade traduziu-se por exemplo no destaque dado a esta temática na agenda de conferências sobre temas coloniais, e até em documentos legislativos como o Estatuto do Agricultor Indígena.²⁹ O contexto económico internacional das três primeiras décadas de Novecentos é fundamental para compreender esta evolução. O imperativo da recuperação das economias europeias no pós-Guerra, a procura de matérias-primas em África, a volatilidade dos preços de algumas dessas matérias-primas nos mercados internacionais e, depois, os efeitos da Grande Depressão, ajudaram a moldar as agendas dos aparelhos de Estado em África.

As perspectivas favoráveis a uma relativa liberalização do acesso das populações colonizadas à terra foram ganhando popularidade em Portugal mas também a nível internacional, traduzindo-se em propostas concretas como projectos de colonização agrícola protagonizados por populações africanas e orientados pelo Estado. Propostas como estas pretendiam responder àquilo que as elites administrativas, e crescentemente também os técnicos de terreno, consideravam ser «problemas», tais como a baixa densidade populacional nos territórios africanos e a muito criticada mobilidade interna periódica das populações africanas, ao ritmo do calendário agrícola mas também ao ritmo da oposição aos mecanismos da dominação colonial. Mas também problemas económicos como a diminuição da produtividade das explorações europeias causada pela queda do valor das matérias-primas coloniais nos mercados em consequência da Grande Depressão. Na origem de algumas destas propostas encontrava-se também um conjunto de ideias que, nas décadas de 1920 e 1930, influenciaram de forma significativa a agenda técnico-científica. Tratava-se de ideias sobre a ligação entre a adopção de métodos «racionalis» de cultura e o aumento da produtividade; sobre a relação entre formas de propriedade individual da terra e o aumento

²⁹ Estatuto do Agricultor Indígena, Diploma legislativo n.º 919, de 5 de Agosto de 1944, *Boletim Oficial de Moçambique* (BOM), n.º 32, de 5 de Agosto de 1944.

da produtividade de culturas agrícolas permanentes como o algodão; sobre o receio dos efeitos ambientais nefastos de práticas agrícolas e pecuárias locais; sobre as vantagens de modelos agrários baseados na família africana em explorações orientadas pelo Estado.³⁰ Estas perspectivas propunham-se, por exemplo, assegurar a reprodução da mão-de-obra através da dinamização de culturas agrícolas ditas *indígenas*; criar em África um modelo ideal de sociedade agrária; promover a participação das populações africanas em culturas de exportação enquanto produtoras por conta própria. Como demonstrámos nessa ocasião, a progressiva popularidade desta perspectiva em Portugal a partir de meados da década de 1930 deve-se também a questões políticas e propagandísticas: defender mecanismos de criação de «agricultores africanos» era uma forma de atenuar críticas externas às práticas laborais nos territórios portugueses e de demonstrar que Portugal era capaz de «valorizar» as suas colónias e criar oportunidades para a melhoria do «bem-estar» das populações africanas.

Terra e colonialismo em Moçambique

Deslocações. Expropriações. Organização do espaço rural. Reservas *indígenas*. Relações de poder desiguais em meio rural. Sistemas «tradicionais» de posse da terra. Individualização da propriedade. Estes são apenas alguns dos temas explorados no *corpus* de estudos sobre a questão da terra na África colonial brevemente cotejado nesta introdução. Só alguns destes temas, e de forma bastante limitada no espaço e no tempo, têm sido objecto de atenção em estudos acerca de Moçambique.

No que diz respeito ao período anterior à Segunda Guerra Mundial, com excepção dos trabalhos de Valdemir Zamparoni, Joel

³⁰ Ver, por exemplo, algumas das teses apresentadas e debatidas a este respeito em Institut Colonial International *Compte-Rendu de la Session Tenue à Bruxelles les 24, 25, 26 juin 1929*, org. Institut Colonial International (Bruxelas: Établissements généraux d'imprimerie, 1929). Em Portugal, várias teses apresentadas à Primeira Conferência Económica do Império Colonial Português defenderam ideias semelhantes: AAVV, *Pareceres, Projectos de Decreto e Votos. Primeira Conferência Económica do Império Colonial Português*. Vol 2. Agricultura Indígena, Colonização Europeia e Utensilhagem Colonial (Lisboa: Soc. Nac. de Tipografia, 1936).

das Neves, José Negrão e David Hughes, são de facto breves as reflexões no *corpus* sobre a questão da terra em geral e, em particular, sobre aspectos como a deslocação de populações, a expropriação de terras, as reservas *indígenas* criadas em Moçambique a partir de 1911, sobre as relações laborais constituídas devido à expansão da agricultura, bem como acerca das tensões, conflitos e negociações entre diferentes grupos a propósito do uso e do acesso à terra e a outros recursos naturais.³¹ Debruçando-se sobre regiões distintas e em circunstâncias diferentes do ponto de vista da presença do Estado e da penetração do capitalismo, estes trabalhos têm o mérito de demonstrar a importância da articulação entre as questões do trabalho e da terra para uma compreensão mais profunda do processo de dominação colonial em Moçambique. Estes trabalhos apontam também para a pressão sobre a terra sentida em determinadas regiões e reflectem sobre as respostas africanas e sobre a forma como a administração colonial interveio em cada caso.

Zamparoni, que se debruçou sobre diversos aspectos da dominação colonial portuguesa no Sul de Moçambique entre 1890 e 1940, entre os quais o trabalho forçado e o imposto de palhota, convocou também um conjunto de fontes para reflectir acerca dos métodos, consequências e reacções à expropriação de populações africanas da terra nessa região, tendo concluído que «[a] crescente presença branca na colónia foi paulatinamente expulsando a população rural das áreas mais férteis e superpopulando as áreas circundantes, factos que, associados às crises ecológicas e guerras, acabaram por contribuir para uma crescente desestruturação dos processos de produção camponesa e por acelerar a criação e expansão de uma força de trabalho para o mercado».³²

No seu estudo sobre as transformações ocorridas na economia da família rural africana do delta do Zambeze entre c.1890 e c.1990,

³¹ José Negrão, *Cem Anos de Economia da Família Rural Africana* (Maputo: Promédia, 2001); Joel Maurício das Neves, «Economy, society and labour migration in central Mozambique, 1930–c.1965: a case study of Manica Province» (tese de doutoramento, Londres, SOAS, Universidade de Londres, 1998); Valdemir Zamparoni, «Entre narros & mulungos: colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques, c. 1890- c. 1940» (tese de doutoramento, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1998); David McDermott Hughes, *From Enslavement to Environmentalism: Politics on a Southern African Frontier* (Seattle: University of Washington Press, 2006).

³² Zamparoni, «Entre narros...», 55 e 62 e ss.

Negrão reflectiu em profundidade sobre a forma como evoluiu a posse da terra das populações africanas. Aquilo a que chamou primeira geração de *prazos* da região (entre o século XVII e finais de Oitocentos) afectou de forma diferente os três tipos de terras que identificou nessa região, sem no entanto ter ameaçado a posse da terra a nível da aldeia.³³ À medida que as autoridades portuguesas foram penetrando na região, desde finais de Oitocentos, e procuraram transformar os *prazos* em empreendimentos agrícolas, o acesso da família rural à terra foi objecto de um conjunto de medidas legislativas, como a lei de terras, de 1909, onde se previa a criação de reservas *indígenas*.³⁴ Negrão interpretou a figura da reserva *indígena* como «a resposta para a controvérsia entre os legisladores portugueses sobre a protecção da agricultura dos *nativos* e a disponibilidade de terras para pequenos agricultores privados».³⁵ No delta do Zambeze, onde a pressão demográfica era elevada e onde havia uma competição significativa por terras produtivas e bem localizadas, o governador de Quelimane terá até afirmado em 1913 não haver espaço para criar reservas, propondo em alternativa uma regulação mais aprofundada das relações entre concessionários e africanos nas terras da região.³⁶

Em dois trabalhos, publicados em 2012 e 2013, tivemos também oportunidade de abordar as origens e consequências de algumas políticas coloniais de terras em Moçambique.³⁷ Focando-nos em especial no distrito de Inhambane entre c.1890 e c.1930, concluímos que a competição pelo acesso aos terrenos mais férteis do litoral, não por acaso os mais densamente povoados, desencadearam tensões entre cultivadores africanos e colonos de diferentes origens desde finais de Oitocentos. Para explicar o percurso das políticas de terras nessa

³³ Negrão, *Cem Anos...*, 129-136. Sobre a figura do prazo da coroa na região da Zambézia e a sua evolução ao longo do século XIX, ver Isaacman, *The Tradition...*, 76-78.

³⁴ *Idem*, 136-139.

³⁵ *Idem*, 139.

³⁶ *Idem*, 140-141.

³⁷ Bárbara Direito, «Terra, trabalho e colonialismo em Moçambique: o caso do distrito de Inhambane, c.1900-c.1930», em *O Império Colonial em Questão (Sécs. XIX-XX). Poderes, Saberes e Instituições*, org. Miguel Bandeira Jerónimo (Lisboa: Edições 70, 2012), 197-222, e Bárbara Direito, «Land and colonialism in Mozambique – policies and practice in Inhambane, c. 1900-c.1940», *Journal of Southern African Studies*, vol. 39, n.º 2 (2013): 353-369.

região convocaram-se elementos atinentes à questão da gestão do trabalho – o facto de se tratar de uma região de forte emigração para a África do Sul; a procura interna de mão-de-obra para trabalhos agrícolas por colonos locais descapitalizados –, mas também os interesses, por vezes contraditórios, defendidos por instituições centrais e locais – Governo português, Governo-Geral de Moçambique, Governo de Inhambane e até mesmo chefias de circunscrições – e de grupos económicos na metrópole e colonos locais.

Já os estudos de Joel das Neves e de David Hughes mostram como, no que diz respeito a políticas de terras e relações de poder em meio rural em Moçambique antes da Segunda Guerra Mundial, é necessária alguma cautela antes de proceder a generalizações. De facto, segundo Joel das Neves, na segunda década do século xx um conjunto de factores contribuía para que já fosse constatada alguma competição entre vários grupos pelo acesso às melhores terras, sobretudo ao longo da linha de caminho-de-ferro e da estrada Beira-Rodésia do Sul.³⁸ Esses terrenos foram tendencialmente concedidos a colonos e empresas em detrimento das populações que ali residiam. Neves defende, no entanto, que apesar das populações que habitavam as terras ao longo da linha de caminho-de-ferro terem sido obrigadas a partir para outras zonas ou permanecer como assalariadas ou arrendatárias ao serviço dos concessionários europeus, pelo menos até à década de 1940 terão encontrado terras férteis para continuar a produzir milho em competição com os produtores europeus.³⁹

Numa secção do seu trabalho sobre políticas ambientais e políticas de desenvolvimento na longa duração numa região de fronteira entre Moçambique e o Zimbabué, o antropólogo David Hughes também explora, em certa medida, alguns aspectos da questão da terra, mas apenas numa região bastante circunscrita. Ao comparar a penetração colonial em Vhimba, do lado da então Rodésia do Sul, e Gogoi, parcela do território administrado pela Companhia de Moçambique, concluiu que diferentes padrões de colonização e objectivos económicos distintos fizeram que estas zonas evoluíssem de forma diferente. Em ambos os lados da fronteira, as populações africanas estavam organizadas previamente à presença colonial em torno de uma «cultura

³⁸ Neves, «Economy, society...», 90.

³⁹ *Idem*, 134.

política» subsumível à ideia de «poder sobre as pessoas», em que, mais do que a terra, aquilo que tinha importância era o poder sobre as pessoas enquanto força de trabalho, defende Hughes. A administração da Companhia de Moçambique levou então a cabo uma estratégia de dominação desse «poder sobre as pessoas», já que Gogoi foi identificada como uma zona de fornecimento de trabalhadores africanos a regiões próximas, focos de colonização europeia. Do lado rodesiano, a intensificação de lutas pelo acesso a um conjunto de recursos, que passou por exemplo por expropriações de terras a africanos, levava a uma crescente importância do paradigma do «poder sobre a terra». Neste caso, passou a ser o controlo sobre a terra, nas mãos do Estado rodesiano, o principal factor de dominação colonial sobre as populações locais.⁴⁰ Esta diferente «territorialização» dos regimes coloniais rodesiano e moçambicano teve, segundo Hughes, consequências distintas para as populações africanas de um lado e do outro da fronteira durante o período colonial. Já depois das independências, essa diferença dissipar-se-ia progressivamente através de um conjunto de medidas de conservação ambiental e de desenvolvimento, postas em prática em ambas as regiões, e que resultaram em apropriação e mercantilização da terra.⁴¹

Na parte que diz respeito a políticas de terras e relações de poder em meio rural em Moçambique, é bastante mais rica a literatura dedicada à fase pós-1945, também conhecida como a «segunda ocupação colonial» devido ao investimento que granjeou das metrópoles europeias, ansiosas por recuperar do atraso económico causado pela Grande Depressão e pelo esforço de guerra.⁴² No quadro de projectos de expansão da colonização europeia em Moçambique e de uma crescente intervenção do Estado em meio rural em nome do fomento da agricultura, criaram-se novos instrumentos de organização social das populações africanas – como os colonatos *indígenas* e as concentrações algodoeiras –, para as

⁴⁰ Hughes, *From Enslavement...*, 11, 22-44.

⁴¹ O estudo de Tornimbeni, centrado no distrito de Manica, explora a relação entre terra e trabalho na região desde finais do século XIX até à actualidade, mas sobretudo no período pós-1975. Corrado Tornimbeni, «Land and labour contestation in Manica, Mozambique: historical issues in contemporary dynamics», em *State, Land and Democracy in Southern Africa*, orgs. Arrigo Pallotti e Corrado Tornimbeni (Londres: Routledge, 2015), 83-102.

⁴² D. A. Low e J. M. Lonsdale, «Introduction: towards the new order 1945-1963», em *History of East Africa*, vol. III, orgs. D. A. Low e Alison Smith (Oxford: Clarendon Press, 1976), 12 e ss.

quais aquelas foram chamadas a contribuir enquanto trabalhadoras, mas também por vezes enquanto produtoras, com uma relativa autonomia, para os objectivos económicos definidos para a colónia. Mas foi também em nome do desenvolvimento que, na última fase do colonialismo em Moçambique, e no contexto da guerra de independência, um projecto de grandes dimensões como a barragem de Cahora Bassa operou enormes transformações na região de Tete, levando por exemplo à deslocação de dezenas de populações desalojadas para novos aldeamentos e aldeias comunais, problematizada num trabalho recente de Allen e Barbara Isaacman.⁴³ A literatura tem identificado algumas consequências destes instrumentos para as populações africanas, tais como o acentuar da diferenciação socioeconómica, transformações no tipo de economia praticado, a proletarianização, a conflituosidade rural. Têm sido também estudadas estratégias e formas de resistência a estas políticas.⁴⁴ A insatisfação dos camponeses a este nível tem, por outro lado, sido associada à expansão da luta anticolonial.⁴⁵

As conclusões destes trabalhos sugerem, entre outros aspectos, que é necessário explorar e problematizar a relação entre políticas laborais e políticas de terras em Moçambique colonial. Em algumas partes da África colonial, a deslocação de populações e a expropriação da terra foram, com efeito, um meio indirecto de obtenção de

⁴³ Allen Isaacman e Barbara Isaacman, *A Ilusão do Desenvolvimento: Cahora Bassa e a História de Moçambique* (Lisboa, Outro Modo – Monde Diplomatique, 2019). Este trabalho é tanto mais importante quanto questiona esta intervenção desenvolvimentista sobretudo da perspectiva das populações afectadas, baseando-se em trezentas entrevistas.

⁴⁴ Bridget O’Laughlin, «Class and the customary: the ambiguous legacy of the indigenato in Mozambique», *African Affairs*, vol. 99, n.º 394 (2000): 5-42; Bridget O’Laughlin, «Proletarianisation, agency and changing rural livelihoods: forced labour and resistance in colonial Mozambique», *Journal of Southern African Studies*, vol. 28, n.º 3 (2002): 511-530; Kenneth Hermele, *Land Struggles & Social Differentiation in Southern Mozambique: A Case Study of Chokwe, Limpopo, 1950-1987* (Uppsala: The Scandinavian Institute of African Studies, 1988); Otto Roesch, «Migrant labour and forced rice production in southern Mozambique: the colonial peasantry of the lower Limpopo valley», *Journal of Southern African Studies*, vol. 17, n.º 2 (1991): 239-270; Merle L. Bowen, *The State Against the Peasantry: Rural Struggles in Colonial and Postcolonial Mozambique* (Charlottesville e Londres: University Press of Virginia, 2000); Salim Valá, *A Problemática da Posse da Terra na Região Agrária de Chókwe* (Maputo: Promedia, 2003), 75-88.

⁴⁵ Allen F. Isaacman, «The Mozambique cotton cooperative: the creation of a grassroots alternative to forced commodity production», *African Studies Review*, vol. 25, n.º 2/3 (1982): 5-25.

mão-de-obra. Por sua vez, as políticas de terras traduziram-se, como vimos, em mecanismos de organização social e económica do espaço rural como as reservas *indígenas*, que tiveram consequências de monta nas vidas das populações africanas, inclusive do ponto de vista laboral. Este é um dos temas a desenvolver no presente trabalho.

Embora centrado já no período pós-independência, um conjunto de trabalhos que analisa a forma como Moçambique tem sido visado pelo investimento estrangeiro merece também ser referido aqui. De facto, tal como outros países africanos, também Moçambique viu crescer o interesse de governos e empresas estrangeiros por vastas concessões de terrenos com vista à exploração de diferentes recursos agrícolas, florestais e mineiros, sobretudo desde a crise de 2008. As consequências destas concessões e os projectos a que deram origem, e em particular a forma como alguns levaram à expropriação de populações rurais e à sua deslocação e realojamento em condições de grande vulnerabilidade, têm suscitado na academia um renovado interesse pela questão da terra, levando até em alguns casos a paralelismos com políticas coloniais de terras.⁴⁶

Manica e Sofala sob a Companhia de Moçambique

No que diz respeito a políticas de terras e relações de poder em meio rural em particular na região de Manica e Sofala, quer durante o período em que foi administrada pela Companhia de Moçambique, quer após 1942, além dos trabalhos de Joel das Neves e de David

⁴⁶ Para uma perspectiva histórica e teórica sobre este fenómeno e para uma discussão aprofundada da expressão «land grabbing», popularizada na literatura especializada, ver Marc Edelman, Carlos Oya e Saturnino Borrás Jr., orgs. *Global Land Grabs: History, Theory and Methods* (Londres: Routledge, 2015). Ver ainda Lorenzo Cotula, «The international political economy of the global land rush: A critical appraisal of trends, scale, geography and drivers», *The Journal of Peasant Studies*, 39, n.º 3-4 (2012): 649-680. A situação de Moçambique deu origem nos últimos anos a inúmeros relatórios e estudos de caso elaborados por organizações governamentais e não governamentais, mas também a um importante conjunto de trabalhos académicos. Ver, por exemplo, Madeleine Fairbairn, «Indirect dispossession: domestic power imbalances and foreign access to land in Mozambique», *Development and Change*, 44, n.º 2 (2013): 335-356; Ana Sofia Ganho, «Reshaping sovereignty powers in agriculture in the Limpopo valley, Mozambique (2004-2014)» (tese de doutoramento, Manchester, Universidade de Manchester, 2016); e Elúcio Filipe e Simon Norfolk, *Understanding Changing Land Access And Use By The Rural Poor in Mozambique* (Londres: IIED, 2017).

Hughes, já discutidos, devem ainda ser mencionadas outras contribuições. Na sua dissertação de licenciatura, onde se dedica em especial a discutir as transformações ocorridas na região de Manica e Sofala a sul do rio Pungué durante a administração da Companhia de Moçambique, Miguel da Cruz estabelece uma cronologia da expropriação da terra. Manica foi a primeira região afectada devido à chegada de empresas mineiras, logo seguida pelo Revué, o Chimoio e outras regiões, procuradas pelos seus terrenos férteis, considerados adequados à fixação de populações europeias.⁴⁷ Apesar de estas expropriações terem abrangido as melhores terras e de a legislação entretanto adoptada ter restringido o acesso das populações africanas à terra e ter fomentado o seu assalariamento, muitos camponeses mantiveram terra suficiente para as suas necessidades.⁴⁸ Na sua dissertação de doutoramento, o antropólogo Michael Walker reflectiu sobre o acesso à terra e à água em Sussundenga, no distrito de Manica, desde a década de 1950 até à actualidade. O autor procurou identificar quais as principais consequências da criação de um colonato europeu em Sussundenga para as populações africanas, em especial do ponto de vista do acesso à terra. Walker concluiu que algumas populações foram, efectivamente, expropriadas e obrigadas a empregar-se para cumprir as suas diversas obrigações.⁴⁹

Nenhum destes estudos procurou, no entanto, compreender as implicações de um conjunto de políticas de terras para o território de Manica e Sofala sob administração da Companhia de Moçambique como um todo, entre 1892 e 1942: o estudo de Neves incide sobre o distrito de Manica, o de Hughes apenas sobre uma pequena zona desse mesmo distrito (Gogoi, na circunscrição de Mossurize), o estudo de

⁴⁷ Miguel da Cruz, «História da formação da classe trabalhadora em Manica e Sofala ao sul do Pungué, 1892-1926» (tese de licenciatura, Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, 1982), 161-162.

⁴⁸ *Idem*, 165.

⁴⁹ Michael Madison Walker, «Enclosing the commons? a political ecology of access to land and water in Sussundenga, Mozambique» (tese de doutoramento, East Lansing, Michigan State University, 2010), 118-123. Num texto recente, Walker propõe reflexões particularmente interessantes sobre as transformações ocorridas em sistemas de posse da terra em Manica desde o período de administração da Companhia até à actualidade: Michael Madison Walker, «A spatio-temporal mosaic of land use and access in central Mozambique», *Journal of Southern African Studies*, 38, n.º 3 (2012): 702-703.

Cruz debruça-se apenas sobre as regiões de Manica e Sofala a sul do rio Pungué, enquanto Walker estudou apenas Sussundenga. Porque pretendemos neste trabalho estudar as origens e a concretização prática de políticas de terras, bem como a evolução das relações de poder em meio rural ao longo de um período suficientemente longo, capaz de permitir retirar conclusões de âmbito mais alargado, optámos por um estudo de caso de toda a região de Manica e Sofala durante a administração da Companhia de Moçambique.

Organização

O presente livro, organizado em três partes principais, assenta principalmente na análise de fontes primárias documentais pertencentes ao Fundo da Companhia de Moçambique, consultadas tanto na Torre do Tombo, em Lisboa, como no Arquivo Histórico de Moçambique, em Maputo. Embora apresentando algumas limitações e lacunas, trata-se de um universo documental amplo, rico e, em grande medida, por explorar. Outras importantes fontes primárias e secundárias, nomeadamente documentação do Ministério das Colónias e artigos da imprensa «mestiça» e «colona», mas também a vasta bibliografia secundária relevante, foram consultadas em arquivos e bibliotecas portuguesas.⁵⁰

A Primeira Parte deste livro divide-se em dois capítulos. No capítulo I, além de uma breve resenha histórica da região central de Moçambique, da sua população e das actividades económicas aí desenvolvidas até finais de Oitocentos, baseada sobretudo em bibliografia secundária, apresenta-se o contexto nacional e internacional em que foi criada a Companhia de Moçambique, os debates que suscitou em Portugal e os seus principais poderes. Discute-se ainda o modo como a penetração da Companhia em Manica e Sofala e a instalação de um conjunto de estruturas administrativas se efectuou, nomeadamente através do uso da força. No capítulo II acompanhamos a evolução social e administrativa do Território de Manica e Sofala sob a

⁵⁰ Na tese que deu origem a este livro propomos uma análise mais aprofundada das fontes utilizadas, assim como das limitações das mesmas. Direito, «Políticas coloniais...», 22 e ss.

Companhia de Moçambique desde 1892. Além dos principais grupos que emergiram neste contexto, discutem-se alguns dos interesses que os moviam e os constrangimentos que condicionavam a sua acção. Acompanhamos também o crescimento da estrutura administrativa criada no «terreno» pela Companhia e algumas das dinâmicas que caracterizaram a história dos vários órgãos e a sua relação entre si, bem como alguns dos instrumentos criados para penetrar no Território e nas vidas das populações africanas.

Reservamos para a Segunda Parte a discussão acerca das origens e repercussões de três políticas essenciais para a compreensão da questão da terra no Território de Manica e Sofala entre 1892 e 1942: a política de concessão de terrenos (capítulo III), a política laboral (capítulo IV) e a política agrícola da Companhia de Moçambique (capítulo V). Ao analisar separadamente estas diferentes políticas procura-se identificar as tensões, conflitos e reacções por elas suscitados no interior dos órgãos da Companhia e na sociedade de Manica e Sofala. Mais concretamente, o capítulo III identifica e discute a acção da Companhia no domínio da concessão de terrenos, uma das suas principais políticas de terras, tema central deste trabalho. Realçam-se também os principais actores e as principais lutas em torno dos terrenos de Manica e Sofala. O capítulo IV dedica-se à questão do trabalho e acompanha o modo como as populações do Território foram transformadas num contingente de mão-de-obra ao serviço de diferentes empregadores particulares e da Companhia, uma das matérias mais estudadas nos escassos trabalhos sobre a acção da Companhia.⁵¹ Pela forma como se repercutiu na vida das populações africanas, limitando a sua autonomia, pondo em causa as suas actividades económicas, suscitando diferentes estratégias da sua parte, pela importância que assumiu para os vários sectores da economia do Território, pela centralidade que conquistou desde cedo nas actividades da Companhia e pelas tensões que gerou, a formação e a evolução da política laboral da Companhia é, de facto, um dos temas-chave da história de Manica e Sofala colonial entre 1892 e 1942. Na medida

⁵¹ A questão laboral em Manica e Sofala é abordada em Barry Neil-Tomlinson, «The Mozambique chartered company 1892 to 1910» (tese de doutoramento, Londres, SOAS, Universidade de Londres, 1987); Allina-Pisano «Negotiating colonialism...» e Eric Allina *Slavery By Any...*; Neves, «Economy, Society...»; e Cruz, «História da formação...».

em que a acção da Companhia neste domínio visou regular a competição pela mão-de-obra africana entre aqueles que a procuravam, a política laboral da Companhia é, ao mesmo tempo, um observatório privilegiado das relações entre os diversos grupos que compunham a sociedade colonial de Manica e Sofala, entre estes últimos e diferentes órgãos da Companhia, mas também entre os órgãos da Companhia e o Governo português.

Por fim, o capítulo v expõe o modo como, de sector menor da economia, a agricultura passou a ocupar um lugar central nas actividades levadas a cabo por empresas subconcessionárias, por pequenos agricultores europeus e até por populações africanas. Procura-se demonstrar como a política agrícola da Companhia foi um terreno de luta, de tensão, de contestação para diferentes grupos presentes em Manica e Sofala, que se organizaram para dar resposta às opções da Companhia nestas matérias vitais para a sua consolidação no Território. Para uma compreensão desta política importará ter em atenção elementos como a reacção das populações africanas ao sistema de trabalho forçado, a aversão dos órgãos estatutários da Companhia a despesas avultadas, as tentativas de colonização agrícola dirigidas pela Companhia, o poder crescente de empresas subconcessionárias agrícolas e o crescimento de um sector de pequenos e médios agricultores estrangeiros e portugueses, dedicados sobretudo à cultura do milho e dependentes das ajudas da Companhia.

A Terceira Parte deste trabalho ocupa-se das repercussões das políticas apresentadas na Segunda Parte, assim como de outras políticas criadas para organizar o espaço e controlar e distribuir diferentes grupos no espaço, em função de objectivos económicos e sociais. Procura-se compreender como estas afectaram e condicionaram o acesso de populações de diferentes regiões à terra e o modo como procuraram assegurar a sua subsistência e as suas actividades económicas. Como é que a mercantilização das terras de Manica e Sofala, a sua apropriação para herdades e plantações e, em simultâneo, obrigações fiscais e medidas de criação de uma força de trabalho se repercutiram na vida das populações que estavam de alguma forma ligadas, residiam ou tinham culturas nesses terrenos? Estas medidas afectaram de forma diferente diferentes estratos da população? A que estratégias recorreram aquelas populações que viram as suas actividades económicas, a sua organização social

Mapa 1 – Carta de Moçambique, 1914. Carta de Moçambique (esboço), Lisboa, 1914/Comissão de Cartografia.



Elaborada por M. Diniz. Escala 1:3 000 000. IICT-Centro de Documentação e Informação, cota CDI-0024-1914.

O mapa 1 identifica as principais divisões administrativas de Moçambique em 1914, bem como as suas principais cidades, rios, povoações e vias de comunicação. Às províncias de Lourenço Marques (que então abrangia os distritos de Lourenço Marques e Gaza), Inhambane, Zambézia, Tete e Moçambique juntavam-se os territórios administrados pela Companhia de Moçambique (abrangendo Manica, Sofala e uma região a sul do rio Save), e pela Companhia do Niassa (abrangendo os distritos de Cabo Delgado e Niassa).

e a sua mobilidade afectadas por estes processos de apropriação do espaço? Como é que as medidas de fomento da chamada «agricultura africana» contemplaram diferentes modalidades de acesso das populações à terra? Estas são apenas algumas das perguntas a que procuramos responder.

Assim, no capítulo VI, depois de uma resenha das origens e consequências de políticas semelhantes postas em prática no espaço imperial britânico em África, olha-se para a forma como as políticas da Companhia se reflectiram no acesso das populações africanas à terra e como estiveram na origem de diferentes relações com os diferentes grupos presentes em meio rural. O capítulo VII dedica-se em especial às reservas indígenas e ao seu papel no âmbito de um conjunto de políticas económicas e sociais no Território de Manica e Sofala.